



Caminhos para a Sustentabilidade: Contribuições do Direito desde uma Perspectiva Crítica e Interdisciplinar



latindex

Sistema Regional de Información
en línea para Revistas Científicas de América Latina,
el Caribe, España y Portugal

A AGENDA 2030: A CONSTRUÇÃO OU CRISTALIZAÇÃO DE UMA ASPIRAÇÃO?

Janny Carrasco Medina, Leandra Dias Melo Azevedo

SEGURANÇA E DIREITO ALIMENTAR PELAS VEREDAS DA AGROECOLOGIA

Gernardes Silva Andrade, Gabrielle Jacobi Kölling, Sandra Regina Martini,
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

TRABALHO REMOTO NA PERSPECTIVA DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Nº 8 da ONU

Camila Lins Rodrigues, Valéria Santos Araújo, Larissa Jorge Ferreira Torquato

SUSTENTABILIDADE: PROTEÇÃO DO SUJEITO PELO EMPREGO PRINCIPALISTA DA BIOÉTICA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Luna Stipp, Bruna Guesso Scarmagnan Pavelski

DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS SOCIAIS PARA O EXERCÍCIO DA LIBERDADE E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Dirceu Pereira Siqueira, Juvêncio Borges Silva, Bruna Caroline Lima de Souza

A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA IMPLEMENTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA

João Hélio Ferreira Pes

ANÁLISE DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA INTERFEDERATIVA À LUZ DA AGENDA 2030

Josué Mastrodi Neto, Maria Eduarda Ardinghi Brollo

ENERGIA E DIREITO REGULATÓRIO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DESCOMISSIONAMENTO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL

Clarissa Kowarski, Marilda Rosado

A FRAGMENTAÇÃO E A DISPENSA DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL COMO DESAFIOS À EFICÁCIA JURÍDICA DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E HÍDRICA NO DISTRITO FEDERAL

Gabriela Garcia Batista Lima Moraes, Nathalia Peres Bernardes

DEMOCRACIA, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E ESTATUTO CONSTITUCIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

Maren Guimarães Taborda, Vanêsa Prestes

Direito.UnB. Revista de Direito da Universidade de Brasília.
Programa de Pós-Graduação em Direito – Vol. 7 N. 2 (mai./ago. 2023) –
Brasília, DF: Universidade de Brasília, Faculdade de Direito.

Quadrimestral. 2023.

ISSN 2357-8009 (VERSÃO ONLINE)

ISSN 2318-9908 (VERSÃO IMPRESSA)

Multilíngue (Português/Inglês/Espanhol/Francês)

1. Direito – periódicos. I. Universidade de Brasília,
Faculdade de Direito.

CDU 340

Revista de Direito da Universidade de Brasília
University of Brasilia Law Journal

Revista vinculada ao Programa de Pós-graduação
em Direito da Universidade de Brasília

Maio – Agosto de 2023, volume 7, número 2

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Inez Lopes Matos Carneiro de Farias

EDITORES

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Daniela Marques de Moraes

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Evandro Piza Duarte

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Fabiano Hartmann Peixoto

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Gabriela Garcia Batista Lima Moraes

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Janaína Lima Penalva da Silva

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Marcelo da Costa Pinto Neves

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Othon de Azevedo Lopes

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Simone Rodrigues Pinto

CONSELHO CIENTÍFICO

Universität Bielefeld, Alemanha – Ifons Bora

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil – Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil – Ana Lúcia Sabadell

Universidade de Connecticut, Estados Unidos – Ángel Oquendo

Universidade de Glasgow, Escócia – Emiliós Christodoulidis

Universidade Federal de Goiás, Brasil – Francisco Mata Machado Tavares

Universität Flensburg – Hauke Brunkhorst

University of Luxembourg, Luxemburgo – Johan van der Walt

Universidade Agostinho Neto, Angola – José Octávio Serra Van-Dúnem

University of Glasgow – Johan van der Walt

Universidade de Helsinque – Finlândia Kimmo Nuotio

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil – Leonel Severo Rocha

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil – Maria Leonor Paes Cavalcanti Ferreira

Universidade Meiji, Japão – Masayuski Murayama

Universidade Clássica de Lisboa, Portugal – Miguel Nogueira de Brito

Universidade Federal do Piauí, Brasil – Nelson Juliano Cardoso Matos

Universidade Federal do Pará, Brasil – Paulo Weyl
Universidade Católica de Santos, Brasil – Olavo Bittencourt Neto
Universidad de Los Andes, Colômbia – René Fernando Urueña Hernandez
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil – Thiago Paluma
Universidade Johann Wolfgang Goethe, Alemanha – Thomas Vesting
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil – Valesca Raizer Borges Moschen
Universidade de São Paulo, Brasil – Virgílio Afonso da Silva

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ida Geovanna Medeiros da Costa

EQUIPE DE REVISÃO

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Cleomara Elena Nímia S. Moura
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ida Geovanna Medeiros da Costa
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ingrid Kammyla Santos Bernardo
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Luciana Pereira da Silva
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Marcos Heleno Lopes Oliveira

EQUIPE DE EDITORAÇÃO

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Bárbara Luize Santos Silva
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Cleomara Elena Nímia S. Moura
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Gabriel Teles Pontes
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ida Geovanna Medeiros da Costa
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ingrid Kammyla Santos Bernardo
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Lívia Cristina dos Anjos Barros
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Marcos Heleno Lopes Oliveira
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Thaís Cristina Freitas Marques

DIAGRAMAÇÃO

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Cleomara Elena Nímia S. Moura
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ida Geovanna Medeiros da Costa
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Inez Lopes Matos C. Farias
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Ingrid Kammyla Santos Bernardo
Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Marcos Heleno Lopes Oliveira

ASSISTENTES

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Kelly Martins Bezerra

CAPA

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasil – Inez Lopes Matos Carneiro de Farias

IMAGEM

RosZie por Pixabay, disponível em <https://pixabay.com/pt/photos/economize-energia-economia-de-energia-7382279/>

DIREITO.UnB

Revista de Direito da Universidade de Brasília
University of Brasilia Journal Law

V. 07, N. 02

Maio - Agosto, 2023

SUMÁRIO

NOTA EDITORIAL	11
Inez Lopes	
AGRADECIMENTOS	17
Inez Lopes	
DOSSIÊ TEMÁTICO	20
A AGENDA 2030: A CONSTRUÇÃO OU CRISTALIZAÇÃO DE UMA ASPIRAÇÃO?	21
Janny Carrasco Medina Leandra Dias Melo Azevedo	
SEGURANÇA E DIREITO ALIMENTAR PELAS VEREDAS DA AGROECOLOGIA	43
Gernardes Silva Andrade Gabrielle Jacobi Kölling Sandra Regina Martini Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega	
TRABALHO REMOTO NA PERSPECTIVA DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Nº 8 DA ONU	75
Camila Lins Rodrigues Valéria Santos Araújo Larissa Jorge Ferreira Torquato	
SUSTENTABILIDADE: PROTEÇÃO DO SUJEITO PELO EMPREGO PRINCIPALISTA DA BIOÉTICA NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	99
Luna Stipp Bruna Guesso Scarmagnan Pavelski	

DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS SOCIAIS PARA O EXERCÍCIO DA LIBERDADE E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	121
Dirceu Pereira Siqueira Juvêncio Borges Silva Caroline Lima de Souza	
ANÁLISE DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA INTERFEDERATIVA À LUZ DA AGENDA 2030	143
Josué Mastrodi Neto Maria Eduarda Ardinghi Brollo	
A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA IMPLEMENTAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA	169
João Hélio Ferreira Pes	
A ENERGIA E DIREITO REGULATÓRIO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O DESCOMISSIONAMENTO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL	189
Clarissa Brandão Kowarski Marilda Rosado de Sá Ribeiro	
A FRAGMENTAÇÃO E A DISPENSA DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL COMO DESAFIOS À EFICÁCIA JURÍDICA DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E HÍDRICA NO DISTRITO FEDERAL	217
Gabriela Garcia Batista Lima Moraes Nathalia Peres Bernardes	
DEMOCRACIA, PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E ESTATUTO CONSTITUCIONAL DOS POVOS INDÍGENAS	251
Maren Guimarães Taborda Vanesca Buzelato Prestes	

NOTA EDITORIAL

NOTA EDITORIAL

A Revista Direito.UnB, do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD), lança sua nova edição contendo um dossiê temático intitulado *Caminhos para a Sustentabilidade: Contribuições do Direito sob uma Perspectiva Crítica e Interdisciplinar*. Esta edição reúne dez artigos que versam sobre questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorreu de 3 a 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo promover uma agenda ampla e um novo plano de ação internacional para questões ambientais, de cooperação internacional e de política de desenvolvimento. Conhecida como a “Cúpula da Terra”, os Estados adotaram a chamada Agenda 21 para a proteção do planeta Terra e para a promoção do desenvolvimento sustentável global no século 21. A Conferência reconheceu a necessidade de haver integração e equilíbrio das dimensões econômica, social e ambiental para alcançar seus objetivos. Entre os princípios estabelecidos pela Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, destacam-se os princípios 1 e 3. O Princípio 1 afirma que *os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza*. Por seu turno, o Princípio 3 assevera que *o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de tal forma que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras*.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas, e estabelece um novo modelo para a ação internacional sobre o meio ambiente. Essa agenda fornece um plano compartilhado para a paz e a prosperidade das pessoas e do planeta, agora e no futuro. A Agenda 2030 engloba 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 Metas, incentivando todos os países a estabelecerem uma parceria global. Dentre os principais objetivos estão: erradicar a pobreza, acabar com a fome e garantir segurança alimentar; assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos; garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade; alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres; promover a gestão sustentável das águas e garantir acesso à energia para todos; fomentar o crescimento econômico inclusivo e trabalho decente; construir infraestruturas resilientes

e promover a industrialização inclusiva; reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, tornar as cidades e comunidades sustentáveis; assegurar padrões de consumo sustentáveis, tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas; conservar e promover o uso sustentável dos oceanos; proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; promover a paz e a justiça, construir instituições eficazes; e fortalecer as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o primeiro artigo intitulado **A Agenda 2030: a Construção ou Cris-talização de uma Aspiração?**, de Janny Carrasco Medina e Leandra Dias Melo Azevedo, critica a eficácia da Agenda 2030 no contexto da globalização, considerando a limitada efetividade das normas de *soft law*. As autoras também ressaltam a ausência de políticas internas que garantam sua efetividade. O estudo propõe uma nova interpretação da aplicabilidade da Agenda 2030 por meio da implementação de normas que complementem o direito internacional de *soft law*.

O segundo artigo trata da **Segurança e Direito Alimentar pelas Veredas da Agroecologia**, de autoria de Gernardes Silva Andrade, Gabrielle Jacobi Kölling, Sandra Regina Martinia e Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega, analisa a relevância de considerar a agroecologia como “um caminho viável para garantir a segurança e o direito alimentar no âmbito nacional”. De acordo com as autoras, a sociedade civil e os movimentos sociais, inseridos na esfera do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, têm um papel crucial no engajamento dos movimentos sociais camponeses, buscando promover políticas públicas intersetoriais que assegurem aos brasileiros segurança e direito à alimentação.

O terceiro artigo aborda o **Trabalho Remoto na Perspectiva do Objetivo de De-senvolvimento Sustentável Nº 8 da ONU**, de autoria de Camila Lins Rodrigues, Valéria Santos Araújo e de Larissa Jorge Ferreira Torquato. O estudo busca demonstrar que “o trabalho remoto se tornou uma tendência global, atuando como alternativa para a continuidade de diversas atividades econômicas e a preservação de empregos”. O texto avalia os impactos desse modelo de trabalho na sociedade, na saúde e no bem-estar do trabalhador, bem como em empresas, destacando a importância do monitoramento para a criação de legislações e políticas públicas adequadas.

O artigo **Sustentabilidade: Proteção do Sujeito pelo Emprego Principialista da Bioética na Inteligência Artificial**, de autoria de Luna Stipp e Bruna Guesso Scarmagnan Pavelski, tem como objetivo analisar e estabelecer um diálogo visando à construção

segura dessa inteligência. A ideia central é que a bioética sirva como um paradigma para a proteção do sujeito conectado.

Na sequência, o artigo intitulado **Desenvolvimento como Liberdade: a Importância dos Direitos Sociais para o Exercício da Liberdade e dos Direitos da Personalidade**, de autoria de Dirceu Pereira Siqueira, Juvêncio Borges Silva e Caroline Lima de Souza, utiliza a expressão do termo proposto por Amartya Sen no livro “Desenvolvimento como Liberdade”. O estudo busca examinar a relevância (ou não) dos direitos sociais para a promoção do desenvolvimento e para o exercício do direito à liberdade e dos direitos da personalidade, à luz do que é defendido por Sen. Os autores investigam ainda o papel dos direitos sociais na superação das privações da liberdade econômica, na promoção do desenvolvimento e na efetivação dos direitos da personalidade.

Por sua vez, o texto sobre **A Retórica da Sustentabilidade Ambiental na Implementação da Logística Reversa** de autoria de João Hélio Ferreira Pes, objetiva analisar os dados e os estudos sobre a efetividade do instrumento da logística reversa como mecanismo de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos”. O autor busca confirmar a hipótese de que se trata de uma retórica falaciosa da sustentabilidade ambiental e destaca a ação dos agentes econômicos para contornar a obrigação legal de implementação integral da logística reversa.

O artigo subsequente aborda **Análise da Operação Urbana Consorciada Interfederativa à Luz da Agenda 2030**, de autoria de Josué Mastrodi Neto e Maria Eduarda Ardinghi Brollo. Os autores examinam a Operação Urbana Consorciada Interfederativa (OUCI), prevista no artigo 34-A do Estatuto da Cidade. Eles investigam se esse instrumento viabiliza ou não a governança compartilhada, visando alcançar os objetivos 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (parcerias e meios de implementação) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

O próximo texto apresenta estudos sobre **A Energia e o Direito Regulatório Sustentável: Um Estudo de Caso Sobre o Descomissionamento na Indústria do Petróleo no Brasil**, de autoria de Clarissa Brandão Kowarski e Marilda Rosado de Sá Ribeiro, visa apresentar os cenários possíveis para o descomissionamento da indústria do petróleo e a crescente relevância da energia eólica, especialmente na modalidade offshore. O estudo ressalta a necessidade de uma robusta regulamentação e cooperação entre órgãos para alinhar a produção energética aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2030.

O artigo sobre **A Fragmentação e a Dispensa do Estudo de Impacto Ambiental como Desafios à Eficácia Jurídica da Proteção Ambiental e Hídrica no Distrito Federal**, de autoria de Gabriela Garcia Batista Lima Moraes e Nathalia Peres Bernardes, analisa a interpretação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios relacionada ao projeto de aproveitamento hidroagrícola da Bacia do Rio Preto. O texto tem como objetivo contribuir para a compreensão dos Estudos de Impacto Ambiental e seus Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) na aplicação ao uso de recursos hídricos, focando na irrigação. Segundo as autoras, essa é uma área ainda carente de pesquisa no Direito Ambiental brasileiro.

Por fim, este número se completa com estudos sobre **Democracia, Proteção do Meio Ambiente e Estatuto Constitucional dos Povos Indígenas**, de autoria de Maren Guimarães Taborda e Vanêsa Buzelato Prestes. As autoras buscam demonstrar que a sustentabilidade institucional no Brasil “depende da construção de instituições eficazes de proteção ao meio ambiente e aos povos originários, conforme deliberação prévia estabelecida pela Constituição”. As autoras apresentam os fundamentos políticos da democracia moderna e analisam casos concretos submetidos ao Supremo Tribunal Federal.

Importa salientar algumas reflexões sobre os estudos de Celso Furtado (2000, p. 41) sobre a ideia corrente de desenvolvimento, referindo-se a um “processo de transformação”. O conceito de desenvolvimento está relacionado à forma eficiente de dispor o fluxo de bens e serviços finais à coletividade, com o intuito de promover a “satisfação plena das necessidades humanas”. O desenvolvimento sustentável pressupõe o acesso a esses bens e serviços sem comprometer os mesmos direitos às gerações futuras.

Boa leitura!

Inez Lopes

Editora-chefe

Revista Direito.UnB



Gostaria de submeter seu trabalho a **Revista Direito.UnB?**
Visite <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb>
e saiba mais sobre as nossas Diretrizes para Autores.